



**ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO, EM SÉRIE ÚNICA,
DE DEBÊNTURES DE TELE CENTRO SUL PARTICIPAÇÕES S.A.
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES PREFERENCIAIS E COM
GARANTIA FLUTUANTE**

Pelo presente instrumento particular,

TELE CENTRO SUL PARTICIPAÇÕES S.A., doravante designada simplesmente **EMISSORA**, sociedade com sede na cidade de Brasília (DF), no SCE/N Centro de Treinamento da Telebrás – Restaurante (SAIN, via L4 Norte, Quadra 06, Lote 04), inscrita no CNPJ sob o nº 02.570.688/0001-70, devidamente representada na forma do seu estatuto social,

EMITE, como de fato emitido tem, em série única, 1.500 (mil e quinhentas) debêntures conversíveis em ações preferenciais, com garantia flutuante ("DEBÊNTURES"), sendo a emissão conjugada com a emissão de 750 (setecentos e cinquenta) bônus de subscrição ("BÔNUS"), submetendo-se ambas as emissões (de DEBÊNTURES e de BÔNUS) às seguintes cláusulas e condições,

intervindo, na qualidade de AGENTE FIDUCIÁRIO e assim doravante designada,

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas nº 500, Bloco 13, sala 205, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, representada na forma do seu contrato social,

Escritura Particular de Emissão, em série única, de Debêntures da Tele Centro Sul Participações S.A.,
Conversíveis em Ações Preferenciais.



I - AUTORIZAÇÃO

A presente escritura é celebrada com base na autorização deliberada pela Assembléia Geral Extraordinária dos acionistas da **EMISSORA**, realizada em 7 de abril de 2000 que está sendo arquivada na Junta Comercial do Distrito Federal e será publicada no Diário Oficial da União e na Gazeta Mercantil – Edição Nacional.

A Assembléia Geral que deliberou a emissão das debêntures delegou ao Conselho de Administração da **EMISSORA** os poderes referidos no § 1º do artigo 59, da Lei 6.404/76.

II - REGISTRO DA PRESENTE ESCRITURA

A presente escritura de emissão será registrada no competente registro de imóveis da Comarca de Brasília, Distrito Federal.

III - REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

A emissão das DEBÊNTURES será registrada na Comissão de Valores Mobiliários, doravante designada CVM, na forma das Leis nºs 6.385/76 e 6.404/76, e demais disposições legais e regulamentares em vigor.

IV - EMISSÃO DAS DEBÊNTURES

A emissão das DEBÊNTURES observará as seguintes características e condições:

1. **Emissão e divisão em séries:** A emissão, em série única, é de 1.500 (mil e quinhentas) DEBÊNTURES, conjugadas com 750 (setecentos e cinquenta) BÔNUS.



O montante da emissão é de R\$ 1.095.000.000,00 (um bilhão e noventa e cinco milhões de reais).

2. Forma: As DEBÊNTURES são escriturais, sendo responsável pela escrituração das Debêntures o Banco Itaú S. A..

3. Valor nominal: Cada DEBÊNTURE tem, na data de emissão, o valor nominal unitário de R\$ 730.000,00 (setecentos e trinta mil reais).

4. Preço de subscrição e integralização: As DEBÊNTURES serão subscritas pelo seu valor nominal unitário atualizado, acrescido dos juros remuneratórios conforme definido na cláusula 10 desta escritura, incidente desde a data de emissão até a data da respectiva integralização, que será à vista e em espécie no ato da subscrição.

5. Modo de colocação e subscrição: As DEBÊNTURES serão objeto de colocação pública, com a intermediação de instituição(ões) integrante(s) do sistema de distribuição de valores mobiliários, utilizando-se procedimento diferenciado, previsto no art. 33, da Instrução CVM nº 13/80, que as instituições coordenadoras, à seu exclusivo critério, venham a determinar. Somente serão aceitas subscrições de DEBÊNTURES em quantidades pares. Cada 2 (duas) DEBÊNTURES subscritas dará ao subscritor o direito de receber, no ato de subscrição, 1 (um) BÔNUS com as características adiante indicadas.

6. Exclusão do Direito de Preferência: Os acionistas da EMISSORA, nos termos do disposto no artigo 172, inciso I, da Lei 6.404/76, não terão direito de preferência para subscrever as DEBÊNTURES nem farão jus a atendimento prioritário.

7. Espécie: As DEBÊNTURES são da espécie com garantia flutuante.



8. Data de emissão: A DATA DE EMISSÃO das DEBÊNTURES é o dia da publicação do 2º Anúncio de Início de Distribuição Pública das DEBÊNTURES.

9. Vencimento: As DEBÊNTURES vencerão em 2006, no mesmo dia e mês da DATA DE EMISSÃO.

10. Juros Remuneratórios:

10.1. As DEBÊNTURES perceberão juros de 4% (quatro por cento) ao ano (a título de *spread*), acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil, observada a seguinte sistemática:

I. Quando a TJLP for superior a 6% (seis por cento) ao ano:

a) o montante correspondente à parcela da TJLP que vier a exceder a 6% (seis por cento) ao ano será capitalizado nas datas de pagamento dos juros, no vencimento, na conversão ou liquidação, e apurado mediante a incidência do seguinte termo de capitalização sobre o saldo devedor, aí considerados todos os eventos financeiros ocorridos no período:

$$TC = [(1+TJLP)/1,06]^{n/360} - 1, \text{ onde:}$$

TC - termo de capitalização

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Banco Central do Brasil;

n- número de dias existentes entre a data do evento financeiro e a data de capitalização, vencimento ou liquidação da obrigação, entendendo-



se como evento financeiro da presente emissão todo e qualquer fato de natureza financeira do qual resulte ou possa resultar alteração do saldo devedor não amortizado das DEBÊNTURES.

b) o percentual de 4% (quatro por cento) ao ano acima da TJLP (*spread*), referido no *caput* deste item, acrescido da parcela não capitalizada da TJLP de 6% (seis por cento) ao ano, incidirá sobre o saldo devedor não amortizado das DEBÊNTURES nas datas de exigibilidade dos juros mencionadas no subitem 10.1.2 ou na data de vencimento, na data da liquidação ou na data da conversão das DEBÊNTURES, observado o disposto na alínea "a", e considerado, para o cálculo diário de juros, o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas.

II. Quando a TJLP for igual ou inferior a 6% (seis por cento) ao ano:

O percentual de 4% (quatro por cento) ao ano acima da TJLP (*spread*), referido no *caput* deste item, acrescido da própria TJLP, incidirá sobre o saldo devedor não amortizado das DEBÊNTURES nas datas de exigibilidade dos juros mencionadas no subitem 10.1.2. ou na data de vencimento, na data de liquidação ou na data de conversão das DEBÊNTURES, sendo considerado, para o cálculo diário de juros, o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas.

10.1.1. O montante referido na alínea "a" do inciso I do subitem 10.1. será capitalizado, incorporando-se ao valor nominal das DEBÊNTURES, e será exigível nos termos da cláusula 13 desta escritura – Amortização Programada.

10.1.2. O montante apurado nos termos do inciso I, alínea "b", ou do inciso II, ambos do subitem 10.1., será exigível semestralmente a contar da data de emissão, inclusive juntamente com as parcelas de amortização, e no



vencimento antecipado ou liquidação, assim como na conversão das debêntures.

10.2. Os juros capitalizados serão agregados ao saldo do valor nominal não amortizado das DEBÊNTURES para o cálculo do pagamento das amortizações e do valor de conversão das debêntures em ações.

10.3. A **EMISSORA** pagará *pro rata temporis* os juros devidos até o dia do efetivo pagamento, em qualquer das seguintes hipóteses: na conversão das debêntures, nas aquisições facultativas, no vencimento antecipado e na amortização programada.

10.4. Na hipótese de extinção da TJLP, a **EMISSORA** utilizará o fator de remuneração que os debenturistas venham a indicar, condicionada a utilização de tal fator à preservação do valor real da operação e à manutenção da remuneração das DEBÊNTURES nos níveis que prevaleciam anteriormente à extinção da TJLP.

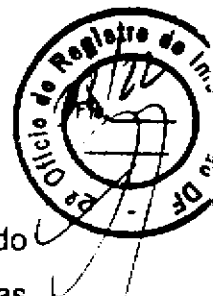
11. Juros moratórios: Serão devidos juros de 1% (um por cento) ao mês, acrescidos dos juros remuneratórios previstos no item 10 acima, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, no caso de impontualidade da **EMISSORA** no pagamento dos juros ou do principal reajustado das DEBÊNTURES, nas épocas em que for devido, calculados desde a data do vencimento da obrigação não cumprida até a data da regularização desta obrigação, incidente sobre as parcelas não pagas, tudo sem prejuízo do vencimento antecipado das DEBÊNTURES, referido no item 14 infra.



12. Conversibilidade:

12.1. A partir de sua integralização, cada DEBÊNTURE será conversível, à opção dos debenturistas, em determinada quantidade de ações preferenciais da **EMISSIONORA**, quantidade essa que resultará da divisão do valor nominal unitário da DEBÊNTURE pelo preço de 1 (uma) ação preferencial ("Preço da Ação"), fixado por um dos seguintes critérios:

- (i) prioritariamente será adotada a cotação de fechamento da ação no pregão da Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA ocorrido no dia útil imediatamente anterior ao dia da publicação do primeiro Anúncio de Início de Distribuição Pública das DEBÊNTURES ("pregão base") acrescida de 20% (vinte por cento); caso a cotação de fechamento do "pregão base" apresente variação, para mais ou para menos, igual ou superior a 2% (dois por cento) em relação à cotação média do "pregão base", ou caso a cotação de fechamento do "pregão base" apresente variação, para mais ou para menos, igual ou superior a 4% (quatro por cento) em relação à média ponderada por volume negociado das cotações médias verificadas nos 5 (cinco) pregões imediatamente anteriores ao "pregão base", será adotado o critério enunciado no subitem (ii) seguinte;
- (ii) cotação média verificada no "pregão base", acrescida de 20% (vinte por cento); caso a cotação média do dia do "pregão base" apresente variação, para mais ou para menos, igual ou superior a 4% (quatro por cento) em relação à média ponderada por volume negociado das cotações médias verificadas nos 5 (cinco) pregões imediatamente anteriores ao "pregão base" será utilizado o critério enunciado no subitem (iii) abaixo;
- (iii) média ponderada por volume negociado verificada nos 5 (cinco) pregões imediatamente anteriores ao "pregão base", acrescida de 20% (vinte por cento).



Caberá à **EMISSORA** apurar, na data do "pregão base", mediante a utilização do critério acima enunciado que couber, a relação de conversibilidade das DEBÊNTURES em ações.

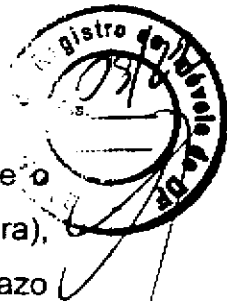
12.2. A relação de conversibilidade estabelecida em 12.1. permanecerá constante durante a vigência das DEBÊNTURES, alterando-se apenas (i) em decorrência das amortizações programadas previstas no item 13 e nas mesmas proporções ali estipuladas ou (ii) na hipótese contemplada no subitem "12.3."

12.3. A relação de conversibilidade prevista em 12.1. será ajustada, sem qualquer ônus para os debenturistas, em relação a desdobramentos, grupamentos e bonificações em ações, a qualquer título, que venham a ocorrer a partir da data da emissão, devendo o ajuste obedecer à mesma proporção estabelecida em qualquer de tais eventos.

12.4. Na hipótese de o capital social da **EMISSORA** vir a ser aumentado mediante a emissão, pública ou privada, de ações com valor inferior ao das ações em que as debêntures podem ser convertidas, fica assegurado ao debenturista, a exclusivo critério dele, o direito de converter as suas debêntures com base no preço fixado para a subscrição das novas ações.

O direito de conversão de que trata este item poderá ser exercido durante o prazo para o exercício do direito de preferência da nova emissão, ou, na ausência deste, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de homologação do aumento de capital.

Não se submetem ao direito de conversão previsto neste item os aumentos de capital da **EMISSORA** que visem o aproveitamento dos benefícios fiscais decorrentes da incorporação, ao capital social, da reserva constituída como contrapartida de ágio pago quando da aquisição, em processo de privatização, do controle da companhia.



12.5. Sempre que a **EMISSORA** aumentar o seu capital social, mediante o exercício de bônus de subscrição (que não os emitidos pela presente escritura), em emissão pública ou privada, ao debenturista será assegurado, durante o prazo para o exercício dos referidos bônus, o direito de ter as suas debêntures convertidas em ações, com base no preço fixado para o exercício dos bônus de subscrição.

12.6. Na hipótese de a **EMISSORA** vir a emitir debêntures conversíveis em ações com qualquer condição de conversibilidade mais favorecida em relação à presente emissão, fica assegurado aos detentores de debêntures em circulação desta emissão, durante o prazo para o exercício do direito de preferência da nova emissão, ou, na ausência deste, no prazo máximo de trinta dias a contar da data de início da distribuição, o direito de terem as condições de conversibilidade de suas debêntures alteradas para adequá-las às mesmas condições de conversibilidade da nova emissão, ou, a seu exclusivo critério, utilizá-las como integralização das debêntures desta nova emissão.

12.7. No caso de solicitação de conversão das DEBÊNTURES desta emissão em ações, a formalização dos aumentos de capital decorrentes serão realizados mensalmente, pelo Conselho de Administração da **EMISSORA**, e averbados na Junta Comercial da Sede da **EMISSORA** no prazo de 30 (trinta) dias subsequentes à efetivação dos aumentos, observada a forma estabelecido no inciso III do artigo 166 da Lei 6.404, de 15.12.76 e no Estatuto Social da **EMISSORA**.

12.8. As ações objeto da conversão terão os mesmos direitos, preferências e vantagens estatutariamente garantidos às ações preferenciais negociadas em Bolsas de Valores à época da conversão e farão jus a bonificações distribuídas, bem como a quaisquer direitos deliberados em atos societários da **EMISSORA**, a partir da data da solicitação de conversão pelo debenturista.



12.9. Os debenturistas que optarem pela conversão de suas DEBÊNTURES deverão apresentar solicitação escrita nesse sentido, nas agências da instituição financeira prestadora do serviço aos debenturistas ou em outro local que a **EMISSORA** venha a indicar.

12.10. Para todos os efeitos, a data da conversão das DEBÊNTURES será a data do recebimento da solicitação pela **EMISSORA** ou, se for o caso, pela instituição financeira prestadora de serviço aos debenturistas, com a simultânea entrega das DEBÊNTURES convertidas.

12.11. Se da conversão de qualquer lote de DEBÊNTURES resultar fração de ação, o valor correspondente à fração será pago em dinheiro pela **EMISSORA**.

13. Amortização Programada e Aquisição Facultativa:

13.1. Amortização Programada - O valor nominal das DEBÊNTURES será amortizado em 3 (três) parcelas anuais, correspondentes, cada uma das duas primeiras, a 30% (trinta por cento) e a terceira a 40% (quarenta por cento) do valor nominal, vencendo-se a primeira parcela de amortização ao término do 4º ano, a segunda ao término do 5º ano, contados da data de emissão e a última na data de vencimento das DEBÊNTURES.

13.2. Aquisição Facultativa - A **EMISSORA** poderá adquirir no mercado DEBÊNTURES em circulação por preço não superior ao valor nominal acrescido da remuneração, observado o disposto no § 2º do artigo 55, da Lei 6.404/76. As debêntures assim adquiridas poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado.



14. Vencimento Antecipado: O **Agente Fiduciário** poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações das DEBÊNTURES desta emissão e exigir o imediato pagamento pela **EMISSORA** do valor nominal acrescido da parcela capitalizada da TJLP, calculada *pro-rata tempore* até a data de seu efetivo pagamento, acrescido, ainda, do "spread" aplicável, na ocorrência dos seguintes eventos: (i) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a **EMISSORA** cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações da **EMISSORA** previstas na presente escritura de emissão; (ii) pedido de concordata preventiva formulado pela **EMISSORA**; (iii) liquidação ou declaração de falência da **EMISSORA**; (iv) falta de cumprimento pela **EMISSORA** de qualquer obrigação prevista na presente escritura de emissão, não sanada em 30 (trinta) dias, contados a partir do aviso escrito que lhe for feito por qualquer debenturista; (v) vencimento antecipado de qualquer dívida da **EMISSORA** em razão de inadimplência contratual cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações da **EMISSORA** previstas na presente escritura de emissão; (vi) *fusão ou cisão da EMISSORA e sua incorporação em outra sociedade, salvo se previamente autorizada a operação pelo Agente Fiduciário;* (vii) a **EMISSORA** deixar de executar o Plano de Investimentos aprovado pelo Conselho de Administração com recursos provenientes da presente emissão bem como com aqueles de financiamentos tomados para esse fim específico; (viii) *cassação da concessão para a prestação de serviço de telefonia fixa comutada outorgada à Telecomunicações do Paraná S.A. – Telepar, sociedade controlada pela EMISSORA;* (ix) Transferência direta ou indireta, do controle da **EMISSORA**, seja através da alienação ou cessão de ações ou de direitos de subscrição de ações emitidas pela própria **EMISSORA** que representem tal controle, seja através da alienação ou cessão de ações ou de direito de subscrição de ações que representem o controle de empresas que façam parte da cadeia societária da **EMISSORA**, tais como, exemplificativamente, a transferência do controle da Solpart Participações S. A., da Techold Participações S. A. ou dos acionistas das mesmas.



15. Assembléia Geral dos Debenturistas: **15.1.** Os titulares das DEBÊNTURES se reunirão em assembléia geral a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas. **15.2.** A assembléia pode ser convocada pela **EMISSORA** e por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das DEBÊNTURES em circulação. **15.3.** A assembléia geral se instalará com o *quorum* previsto no artigo 71, parágrafo terceiro, da Lei nº 6.404/76, que deliberará pelo voto de debenturistas que representem 50% (cinquenta por cento), no mínimo, das DEBÊNTURES em circulação. **15.4.** A presidência da assembléia caberá, conforme quem a tenha convocado, respectivamente, ao **AGENTE FIDUCIÁRIO**, ao Presidente do Conselho de Administração da **EMISSORA**, ao debenturista eleito pelos portadores de títulos, ou àquele que for designado pela CVM. **15.5.** Em qualquer caso, o **AGENTE FIDUCIÁRIO** comparecerá às assembléias dos debenturistas, prestando-lhes as informações que a ele forem solicitadas. **15.6.** Nas deliberações da assembléia, cada DEBÊNTURE dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, observadas as disposições dos parágrafos 1º e 2º do artigo 126 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976. **15.7.** Quaisquer modificações nas condições das DEBÊNTURES objeto da presente emissão dependerão da aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, metade das DEBÊNTURES em circulação. **15.8.** Para efeito de apuração do *quorum* a que se refere esta Cláusula, serão desconsideradas as DEBÊNTURES que estiverem na tesouraria da **EMISSORA**.

16. Prorrogação de Prazos – O vencimento de quaisquer das obrigações e o de prazo para o exercício de direitos decorrentes da presente emissão que caia em sábados, domingos ou feriados nacionais, ou, ainda, feriados bancários ocorridos na cidade de Brasília, DF, será, para todos os fins e efeitos da presente emissão, deslocado para o primeiro dia útil subsequente, sendo os encargos calculados até esta última data, que passará a valer como data de início do período seguinte de apuração e cálculo dos encargos desta emissão.



17. Decadência dos direitos aos acréscimos. Renúncia de direitos:

17. 1. O debenturista que não comparecer para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da **EMISSORA**, na data prevista ou na data fixada em comunicação publicada pela **EMISSORA**, perderá o direito ao recebimento de juros, no período relativo ao atraso do recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

17.2. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente escritura. A tolerância com o atraso ou o descumprimento de qualquer obrigação por parte da **EMISSORA** não induzirá novação.

18. Local de pagamento: Os pagamentos referentes ao principal e rendimentos a que fazem jus as DEBÊNTURES desta emissão serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos -CETIP, ou ainda, em Instituição Financeira contratada para este fim pela **EMISSORA**.

19. Publicidade - Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos debenturistas, deverão ser veiculados, na forma de avisos, nos jornais referidos na cláusula Primeira acima.

20. Negociação - As DEBÊNTURES serão negociadas na SOCIEDADE OPERADORA DE MERCADO DE ATIVOS – SOMA, obedecidas as regras por ela estabelecidas.



V – EMISSÃO DOS BÔNUS DE SUBSCRIÇÃO

A emissão dos bônus de subscrição ("BÔNUS") observará as seguintes características e condições:

1. Quantidade de bônus de subscrição emitidos: 750 (setecentos e cinquenta) BÔNUS.

2. Valor da emissão: Os BÔNUS não terão valor e serão atribuídos sem ônus aos subscritores das DEBÊNTURES.

3. Número de ações a serem subscritas por bônus: **3.1.** Cada BÔNUS conferirá a seu titular o direito de subscrever uma quantidade de ações preferenciais em aumento de capital da **EMISSORA**, a ser deliberado especificamente para esse fim, quantidade essa a ser obtida mediante a divisão do valor nominal das DEBÊNTURES pelo Preço das Ações que tenha sido fixado com base no disposto no item 12.1. da cláusula IV, desconsiderado o acréscimo de 20% (vinte por cento), e acrescido de 1% (um por cento). **3.2.** A quantidade de ações que cada BÔNUS dá direito a subscrever permanecerá constante durante o prazo estabelecido para o seu exercício.

4. Forma: Os BÔNUS são escriturais.

5. Integralização: As ações preferenciais subscritas em decorrência do exercício do direito conferido por cada BÔNUS serão integralizadas obrigatoriamente mediante a dação em pagamento de 1 (uma) DEBÊNTURE objeto da presente emissão, devendo ser canceladas pela **EMISSORA** as debêntures assim recebidas em pagamento.



6. Prazo para o exercício dos direitos dos bônus de subscrição: O direito conferido pelos BÔNUS deverá ser exercido impreterivelmente até às 10:00hrs (dez horas) do dia seguinte ao da publicação do Aviso de Encerramento da Distribuição Pública da presente emissão.

7. Prazo de Realização de Aumento de Capital: A formalização do aumento de capital da **EMISSORA**, a ser realizado, pelo Conselho de Administração da **EMISSORA**, em decorrência do exercício dos direitos conferidos pelos BÔNUS, deverá ocorrer nos 30 (trinta) dias que se seguirem à data de integralização das ações subscritas, observado o disposto artigo 166, III, da Lei nº 6.404/76.

8. Direitos e vantagens das ações decorrentes do exercício dos Bônus: As ações subscritas pelo exercício do direito conferido pelos BÔNUS terão os mesmos direitos, preferências e vantagens estatutariamente garantidos às ações preferenciais negociadas em Bolsas de Valores à época da subscrição e farão jus a bonificações distribuídas, bem como a quaisquer direitos deliberados em atos societários da **EMISSORA**, a partir da data do exercício do direito conferido, pelos BÔNUS.

VI- OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

A **EMISSORA** obriga-se a, até o vencimento final das debêntures: (a) manter atualizado o registro necessário junto à CVM; (b) manter, enquanto as debêntures não tiverem sido amortizadas ou liquidadas, auditoria externa por empresa registrada na CVM; (c) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros resultantes de atos de sua gestão, nos termos da Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação de suas demonstrações financeiras anuais; (d) complementar a publicação dos documentos referidos no item anterior com notas explicativas e outros quadros analíticos; (e) enviar ao AGENTE FIDUCIÁRIO, dentro de, no máximo, 90 (noventa dias) após o encerramento de cada exercício social, cópia das demonstrações financeiras anuais; (f) fornecer prontamente ao AGENTE FIDUCIÁRIO, quando por ele solicitado, qualquer informação relevante

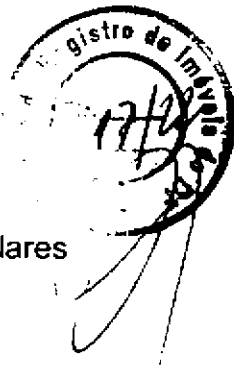


para os interesses dos debenturistas e permitir que o Agente Fiduciário, por si ou por representantes, visite qualquer dependência da **EMISSORA** e tenha acesso aos seus livros contábeis e de registro; (g) fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO, tão logo publicados, cópias dos avisos aos debenturistas, comunicações de fatos relevantes e atas de assembléias gerais da **EMISSORA** que envolvam interesse dos debenturistas; (h) notificar o AGENTE FIDUCIÁRIO e os debenturistas da ocorrência de qualquer ato ou fato que possa causar a interrupção ou a suspensão das atividades da **EMISSORA** por mais de 60 (sessenta) dias, ou que possa, potencial ou efetivamente, ensejar o descumprimento, pela **EMISSORA**, de qualquer das obrigações ora estabelecidas; (i) manter seus bens adequadamente segurados de acordo com as práticas correntes; (j) não pagar dividendos acima do mínimo obrigatório fixado no estatuto nem qualquer outra participação estatutária em lucros se estiver em mora relativamente aos pagamentos de juros e/ou do valor nominal das DEBÊNTURES; (l) não realizar operações nem entrar em transações (i) fora do seu objeto social, (ii) em condições não equitativas ou (iii) não autorizadas pelo órgão competente na forma prevista pelo estatuto; (m) não mudar a natureza de seus negócios atuais nem alienar todo o seu ativo imobilizado ou parte substancial dele, entendendo-se como substancial qualquer parte do ativo imobilizado de valor superior a 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido contábil da **EMISSORA**.

O cumprimento de qualquer das obrigações estabelecidas neste item poderá, diante de circunstâncias relevantes, ser dispensado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, por escrito e em cada caso concreto. Igualmente poderá o AGENTE FIDUCIÁRIO autorizar a **EMISSORA** a cumprir qualquer dessas obrigações de forma diversa da acima enunciada.

VII - AGENTE FIDUCIÁRIO

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. acima qualificada, é o **AGENTE FIDUCIÁRIO** desta emissão de debêntures que, neste ato, e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e

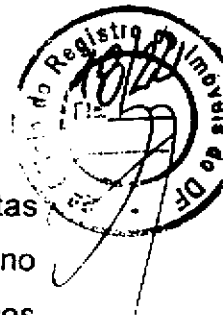


da presente escritura, representar perante a **EMISSORA** a comunhão dos titulares das debêntures.

VIII - REMUNERAÇÃO DO AGENTE FIDUCIÁRIO

Será devido ao **AGENTE FIDUCIÁRIO** a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, uma remuneração paga da seguinte forma:

- a) Parcelas anuais de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), devidas a primeira na data da assinatura da escritura de emissão;
- b) As remunerações previstas nos itens anteriores serão devidas mesmo após o vencimento das DEBÊNTURES, caso o **AGENTE FIDUCIÁRIO** ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela **EMISSORA**;
- c) As parcelas referidas acima serão atualizadas pelo IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir de 01/04/2000 até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas "pro-rata" dia se necessário.
- d) As remunerações não incluem as despesas com publicações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de **AGENTE FIDUCIÁRIO**, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela **EMISSORA**, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à **EMISSORA**.
- e) Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o **AGENTE FIDUCIÁRIO** venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser pagas pela **EMISSORA**. Tais despesas incluem os gastos com honorários



advocatícios, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele intentadas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do AGENTE FIDUCIÁRIO na hipótese de a **EMISSORA** permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o AGENTE FIDUCIÁRIO solicitar garantia prévia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

- f) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 5 % e juros de mora de 1,0 % ao mês, sem prejuízo da atualização monetária;
- g) Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou a liquidação das DEBÊNTURES emitidas antes do seu vencimento, as parcelas vincendas serão pagas na data do evento, descontadas à taxa de 12 % (doze por cento) ao ano.
- h) As remunerações serão acrescidas dos seguintes Impostos: Impostos sobre serviços de qualquer natureza (ISS ou outros), PIS (Contribuição ao Programa de integração social), Cofins, e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do **AGENTE FIDUCIÁRIO**, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

IX - SUBSTITUIÇÃO DO AGENTE FIDUCIÁRIO

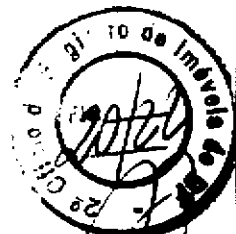
O **AGENTE FIDUCIÁRIO** poderá, a qualquer tempo, ser substituído em suas funções, nos seguintes casos: a) deliberação da assembléia, por debenturistas que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação; b) ato da



CVM. Na hipótese de o **AGENTE FIDUCIÁRIO**, por motivo superveniente a esta escritura, não poder continuar a exercer as suas funções, ele deverá comunicar imediatamente tal impedimento aos debenturistas, pedindo a sua substituição. Na hipótese de substituição do **AGENTE FIDUCIÁRIO**, a mesma será formalizada mediante aditivo ao presente instrumento.

X - DEVERES DO AGENTE FIDUCIÁRIO

Além de outros previstos em lei, constituem deveres do **AGENTE FIDUCIÁRIO**: 1 - proteger os direitos e interesses dos debenturistas, com a mesma cautela e diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos próprios bens; 2 - praticar privativamente todos e quaisquer atos relativos ao exercício dos direitos consubstanciados nos títulos, cujos efeitos interessam aos debenturistas; 3 - elaborar relatório anual, dentro de, no máximo, 4 (quatro) meses contados do encerramento do exercício social da **EMISSORA**, em que declarará sobre a sua aptidão para permanecer no exercício de suas funções, informando sobre os fatos relevantes ocorridos durante o exercício e que interessem aos debenturistas; 4 - notificar os debenturistas, no prazo máximo de **15 (quinze)** dias, contados do evento, qualquer inadimplemento, pela **EMISSORA**, de obrigações assumidas no presente instrumento e 5 - todas as demais obrigações e atribuições previstas neste instrumento, especialmente aquelas a que se refere a o item "15" (e seus sub-itens) cláusula IV da presente escritura. O **AGENTE FIDUCIÁRIO** fará publicar nos jornais habitualmente utilizados pela **EMISSORA** (Diário Oficial da União e Gazeta Mercantil - Edição Nacional) aviso indicando aos debenturistas que já encontra à disposição deles o seu relatório anual. O inteiro teor do relatório anual do **AGENTE FIDUCIÁRIO** estará à disposição de qualquer interessado no escritório do **AGENTE FIDUCIÁRIO** indicado no preâmbulo deste instrumento. A notificação a que se refere o item "4" acima, sem prejuízo dos procedimentos judiciais próprios, far-se-á por publicação no Diário Oficial da União e na Gazeta Mercantil - Edição Nacional, observado, também, se cabível, a regra estabelecida no parágrafo 3º do artigo 289 da Lei nº 6.404/76, e discriminará as providências



judiciais ou extrajudiciais que o **AGENTE FIDUCIÁRIO** tomou ou irá tomar para proteger os interesses dos debenturistas.

XI - ATRIBUIÇÕES DO AGENTE FIDUCIÁRIO

O **AGENTE FIDUCIÁRIO** usará de quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, contra a companhia ou terceiros coobrigados, para proteção e defesa dos interesses dos debenturistas e da realização de seus créditos, sendo-lhe especialmente facultado no caso de inadimplemento da **EMISSORA**: 1. declarar antecipadamente vencidas as debêntures, cobrando principal e acessórios; 2. requerer a falência da **EMISSORA**; 3. representar os debenturistas em processos de falência ou concordata da **EMISSORA**; 4. tomar as providências necessárias à eventual realização da assembléia dos debenturistas e 5. outras providências previstas na presente escritura, especialmente aquelas referidas no item "15" (e seus sub-itens) da cláusula IV. O **AGENTE FIDUCIÁRIO** poderá exercer a atribuição prevista no item 1 acima na ocorrência das seguintes hipóteses: a) - inadimplemento de qualquer obrigação decorrente da presente escritura; b) - se a **EMISSORA** requerer sua concordata preventiva ou tiver sua falência decretada. O eventual não exercício pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, de qualquer dos procedimentos previstos nesta Cláusula não consistirá novação, e não impedirá que o mesmo venha a exercê-los, em qualquer momento, a seu exclusivo critério.

XII - DESPESAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO

Correrão por conta da **EMISSORA** as despesas com publicações que, por força de lei, o **AGENTE FIDUCIÁRIO** tenha que proceder, obrigando-se a **EMISSORA** a fornecer antecipadamente os recursos que sejam necessários para a efetivação de tais publicações. A **EMISSORA** ressarcirá também o **AGENTE FIDUCIÁRIO** de todas as demais despesas em que o mesmo tenha incorrido, para proteger os direitos e interesses dos debenturistas, ou para realizar os seus créditos. O



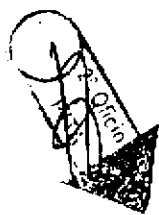
ressarcimento a que se refere esta cláusula será efetuado dentro de, no máximo, 30 (trinta) dias contados da entrega à **EMISSORA** dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias à proteção dos portadores dos títulos. As despesas a que se refere esta cláusula compreenderão, inclusive, as seguintes: a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis; b) extração de certidões; c) eventuais levantamentos adicionais ou perícias que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridade nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

XIII - FORO

Fica desde logo eleito o foro da Comarca de Brasília, DF, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste instrumento.

Assinam a presente escritura particular, para que possa gerar seus regulares efeitos, a **EMISSORA**, o **AGENTE FIDUCIÁRIO** e duas testemunhas.

Brasília (DF), 02 de maio de 2000



[Handwritten signature of the Emissora]
EMISSORA



[Handwritten signature of the Agente Fiduciário]
AGENTE FIDUCIÁRIO

CEGAR REGISTRO DE IMÓVEIS
21/22



Testemunhas:

1. *[Signature]*

C.I. nº 15651-08/RJ CPF/MF nº 008.571.207-97

2. *[Signature]*

C.I. nº 15651-08/RJ CPF/MF nº 008.571.207-97



[Signature]

18º Ofício de Notas - Notário: LUIS VITORIANO VIEIRA DE VIEIRA
Av. Armando Lombardi, 949 lj 218/RJ - Tel. 493-1320 - ND 214009
Reconheço por semelhança (s/s) firma(s) : #
JOSE ALEXANDRE COSTA DE FREITAS-85/143-#

Rio de Janeiro, 05 de Julho de 2000 às 15:12:47

1- Em Testemunho da verdade

DENISE BARRETO DE OLIVEIRA - Autorizada - JFC -
P/Firma 0.46 - P/Proc. Dados 1.60 - FETJ 0.41 - Total R\$2,47

DENISE BARRETO DE OLIVEIRA

18º OFÍCIO DE NOTAS

Tab. Substituto Sucursal Barra

